

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Thiago Lontra/Alerj



Deputado do PL preside a Assembleia Legislativa

Aliados querem ver pré-candidato Douglas nas ruas

Alguns parlamentares do PL fluminense avaliam que passou da hora de o pré-candidato do partido ao governo estadual, Douglas Ruas, gastar sola de sapato.

Na avaliação do grupo, Ruas precisa admitir que questões políticas, apurações da Polícia Federal e medidas judiciais inviabilizaram o cronograma fechado desde o ano passado — o jeito, agora, é partir para o corpo a corpo. A estratégia previa que Ruas, com a renúncia do governador Cláudio Castro (PL), seria eleito indiretamente para cumprir o mandato do aliado. No comando do governo, controlaria o processo eleitoral, teria como tomar medidas de efeito midiático na área de segurança que tornariam seu nome conhecido dos eleitores.

Impasse judicial

Mas tudo desandou a partir do momento em que o Tribunal de Justiça anulou a primeira eleição de Ruas para a presidência da Assembleia Legislativa e ratificou a permanência interina do desembargador Ricardo Couto no governo do Estado. Depois, o Supremo Tribunal Federal empacou o processo de definição da escolha do governador para o mandato-tampão: uma prorrogação que, na prática, mantém Couto no poder.

Reprodução / Facebook de Eduardo Paes



Ex-prefeito, Paes tem participado de eventos no interior

Ônus sem bônus

Ruas conseguiu ser eleito para presidir a Alerj em 17 de abril, mas, até agora, o STF não deu qualquer sinal de que destravará o processo de escolha de um governador que comandará o estado até o início de janeiro.

Para um aliado, integrante do PL, mesmo que consiga ser eleito para o Palácio Guanabara, Ruas teria dificuldades para conquistar ganhos com o cargo: a lei eleitoral impedirá contratações a partir do início de julho e também participação do governador em inaugurações de obras. Teria muitos ônus e poucos bônus.

Chance aproveitada

Ainda de acordo com este parlamentar, Eduardo Paes, pré-candidato do PSD ao governo, aproveitou a trava aplicada em Ruas para fortalecer sua campanha, rodar o interior — onde tem mais dificuldades —, conversar com prefeitos e outras lideranças locais. Enquanto isso, Ruas ficou preso na burocracia da Alerj. “Ele precisa mudar essa prática”, alerta.

Desfalques

No PL-RJ há também preocupações quanto à eleição de deputados federais; há muitos desfalques entre os escolhidos em 2022: ligadíssimo ao ex-presidente Jair Bolsonaro, Hélio Lopes transferiu seu domicílio eleitoral para Roraima; Alexandre Ramagem foi condenado, perdeu o mandato e fugiu para os EUA.

Altineu quer TCU

Carlos Jordy tenta herdar a vaga para o Senado que seria de Cláudio Castro e Altineu Côrtes busca sua escolha para ministro do Tribunal de Contas da União. Sua ida para o TCU tem chances de ser viabilizada pelo acordo que garantiu a vaga anterior para o então deputado Odair Cunha (PT-MG).

Expectativa

O senador Carlos Portinho disputa a vaga para o Senado com Jordy e com Sóstenes Cavalcante, ainda que este deva mesmo a reeleição para a Câmara. Há no PL a expectativa de que investigações inviabilizem a candidatura do aliado Márcio Canella (União). Neste caso, o PL ficaria com duas vagas.

Em campo

Por falar nisso: a página do Senado registra que o senador Romário (PL-RJ) está no exercício de seu mandato. Não se licenciou antes de viajar para os Estados Unidos e, de lá, exercer a função de comentarista da Copa para a CazéTV e para O Globo. O parlamentar também posta vídeos na Romário TV que são patrocinados pela Superbet.

Sem pressa

Há no Congresso a suspeita de que o governo não fará muita pressão para que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), apresse a tramitação da proposta que acaba com a jornada de seis dias de trabalho por um de folga. Mais importante para o Planalto seria usar o tema como mote de campanha.

Há vagas

O empresariado fechou questão contra a adoção da escala de cinco por dois. Mas alguns setores da economia admitem a dificuldade de contratar mão de obra — diante das propostas oferecidas, muitos jovens preferem criar as próprias alternativas. Donos de supermercados falam que há 350 mil vagas em aberto.



Situação aumenta tensão com Alcolumbre

Denúncia contra Alcolumbre traz desgaste

Daniel Vorcaro afirma ter pago US\$ 30 milhões para ele

Por Gabriela Gallo

Em meio ao desgaste entre o governo federal e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), a situação do senador ficou complicada após reportagem da revista Veja desta semana.

Segundo a reportagem, o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, afirmou, dentro da tentativa que faz de delação premiada, que pagou US\$ 30 milhões (o equivale a R\$ 155 milhões) em propina para Davi Alcolumbre em troca de apoio para assuntos de interesse do banco. De acordo com o banqueiro, o valor foi depositado em uma conta no exterior e depois repassado ao parlamentar. A transação financeira foi operada por Augusto Lima, ex-sócio de Vorcaro. O senador nega todas as acusações e disse que acionará a Justiça contra Vorcaro pelas acusações que ele disse serem falsas.

A informação foi divulgada em mais uma tentativa da defesa do banqueiro em fechar um acordo de delação premiada com a Polícia Federal (PF) e a Procuradoria-Geral da República (PGR). O pedido, contudo, foi negado pela segunda vez por considerar que os relatos não traziam elementos inéditos suficientes para justificar benefícios negociais.

“Juridicamente, portanto, trata-se de uma acusação sem validação institucional até o mo-

mento. Politicamente, porém, o impacto costuma ocorrer antes mesmo da produção de provas, especialmente quando envolve valores expressivos e figuras centrais da República”, explicou o mestre em direito e professor da Estácio Brasília Armino Madoz em conversa com o Correio da Manhã.

Questionado pela reportagem, o professor reiterou que a denúncia envolvendo Davi Alcolumbre “tende a ampliar o ambiente de desgaste político em torno do caso Banco Master, independentemente de sua comprovação futura”.

“Isso porque Alcolumbre ocupa uma posição institucional estratégica: além de presidir o Senado, é justamente quem possui influência decisiva sobre a instalação e o andamento de uma eventual CPI relacionada ao caso. A coincidência temporal entre as acusações divulgadas pela imprensa e a resistência à abertura de uma investigação parlamentar inevitavelmente alimenta questionamentos políticos da oposição e aumenta a pressão por esclarecimentos”, detalhou Madoz.

O pedido para a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o rombo bilionário do Banco Master chegou a 280 assinaturas (238 deputados federais e 42 senadores), superando com folga o mínimo constitucional.